

FENAE Agora

www.fenae.org.br

Edição 36 - ano 6
15/12/03 a 01/02/2004
distribuição gratuita

Publicação da Fenae - Federação
Nacional das Associações do Pessoal
da Caixa Econômica Federal

Mobilização pelas mudanças

Os empregados da Caixa se empenham na redefinição de rumos para a empresa, intensificam a mobilização por mudanças nas relações de trabalho e avançam na conquista de suas reivindicações



Unidade de todos os bancários assegura avanços na campanha salarial de 2003



Rumo para a Caixa

A direção da Caixa indicada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva está completando um ano de atividades. Muita coisa mudou, cumprindo as expectativas dos empregados e da sociedade. Muito ainda se mantém como no governo anterior, o que gera apreensão e descontentamento. **FENAE AGORA** traça um perfil do que está acontecendo na Caixa e de quais são as perspectivas para o próximo período.

Nesta edição, o noticiário da revista traz informações sobre assuntos de interesse dos empregados da Caixa. Alguns pontos mereceram destaque, a exemplo do balanço da campanha salarial unificada, da elaboração do novo plano de benefícios da Funcef, do PSI (Processo Seletivo Interno) e da nova política de saúde para a Caixa. Na galeria de destaques, encontra-se ainda o aniversário de 18 anos da primeira greve nacional dos empregados da Caixa, realizada em 30 de outubro de 1985. Na época, o movimento reivindicava a jornada de 6 horas e o direito de sindicalização, naquilo que foi uma lição de organização, mobilização e participação em todo o país.

Com esta edição, **FENAE AGORA** fecha o ano de 2003 desejando a seus leitores Boas Festas e Feliz Ano Novo.

Errata - A edição anterior trouxe São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte como as três maiores cidades do país. Na verdade, são as três maiores regiões metropolitanas. A terceira maior cidade é Salvador, e não BH.

P.S. - A campanha salarial provocou atraso no fechamento desta edição, que vale para o período de 15 de dezembro a 1º de fevereiro.



- 4 Empregados da Caixa se mobilizam pelas mudanças
- 11 Senadora Ana Júlia aponta os avanços da campanha salarial
- 12 Primeira greve nacional na Caixa completa 18 anos
- 14 Sem ameaça de privatização, Caixa amplia suas ações
- 15 Dieese explica conceitos sobre juros e taxa Selic
- 16 GT elabora mudanças para o plano de benefícios da Funcef
- 18 Distorções nos critérios do PSI precisam ser removidas
- 20 Assistência à saúde terá novo programa a partir de 2004
- 21 O conceito de mercado de capitais e o papel da CVM
- 22 Margarida Alves, uma líder rural de fibra e de coragem
- 23 Clube da Apcef/DF é destaque em Brasília
- 24 Fenaee divulga vencedores do concurso de literatura
- 25 Jogo de dama no Brasil segue regras internacionais
- 26 Transgênicos sob a mira de polêmicas ambientais
- 28 Moradores de Florianópolis mantêm o "Pão-por-Deus"
- 30 Na coluna "Variedades", a mensagem de ano novo

Muito além da polémica ambiental

Embrapa faz experiências com mamão

Quem sabe faz a hora, não pede ajuda

Sindicalize-se!

Signos da vida

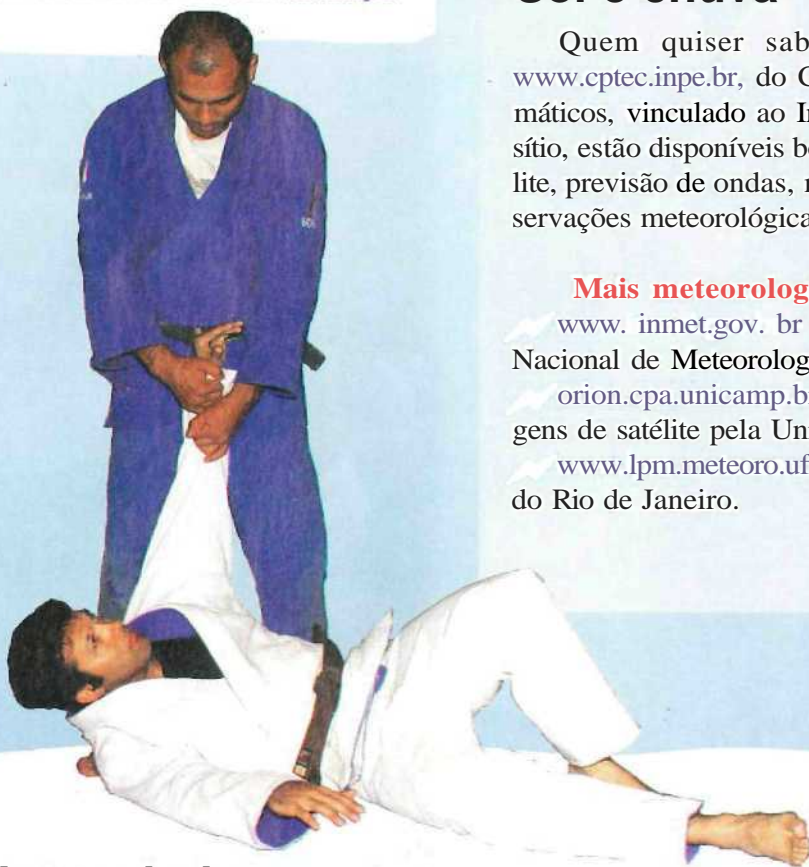
Para quem olha para o céu em busca de respostas, a Internet também tem seus locais. Várias páginas em português oferecem versões resumidas de mapas astrais.

Sem pagar nada, é possível fazer uma versão rápida de mapa astral em:

⚡ www.astral-on-line.com/amos-tra/indexv_br.shtml.

⚡ www.esomiragem.com.br/mapa.asp.

⚡ vidanova.terra.com.br/mapa.



Artes de luta

Tradicional fonte de medalhas em competições esportivas para o Brasil o judô é coordenado no país pela Confederação Brasileira da modalidade. A página

⚡ www.cbj.com.br - explica o que é o esporte e apresenta o calendário oficial.

Outras confederações nacionais de artes marciais:

⚡ www.geocities.com/Pipeline/Reef/7829/Frames.html - Karatê de Contato.

⚡ www.cbjj.com.br/ - Jiu-Jitsu.

⚡ www.taekwondonline.hpg.ig.com.br/cbtkd.htm - Tae Kwon Do.

⚡ www.brasil.terravista.pt/PraiaBrava/2189/ - Kung-Fu Shaolin.

Sol e chuva

Quem quiser saber sobre o tempo pode ir à página www.cptec.inpe.br, do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos, vinculado ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. No sítio, estão disponíveis boletins de tempo e de clima, imagens de satélite, previsão de ondas, monitoramento de chuvas e nível de rios, observações meteorológicas a ambientais, pesquisa e desenvolvimento.

Mais meteorologia:

⚡ www.inmet.gov.br - O tempo oficial do Brasil está no Instituto Nacional de Meteorologia, ligado ao Ministério da Agricultura.

⚡ orion.cpa.unicamp.br/portal/index.php - previsão do tempo e imagens de satélite pela Universidade de Campinas,

⚡ www.lpm.meteoro.ufrj.br - laboratório da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Muito além de 2+2

Arquimedes foi um dos tantos grandes mestres que apresentaram problemas matemáticos. Simples em princípio, alguns enigmas podem levar até anos para serem decifrados. Outros continuam sem solução até hoje. Veja desafios ao raciocínio em páginas nacionais:

⚡ www.entertainet.hpg.ig.com.br/desafios.htm.

⚡ www.slb.com/seed/pt/lab/math/past.htm - um enigma por mês, desde janeiro de 2001.

⚡ geocities.yahoo.com.br/alicercesdaciencia/desafios.htm - quatro problemas matemáticos.

⚡ sandroatini.sites.uol.com.br/des_indice.htm.





Empregados da Caixa se mobilizam por uma empresa melhor para se trabalhar, com dignidade profissional e perspectivas de melhor servir à sociedade

Da resistência à mobilização

• Evandro Peixoto
Jornalista da Fenae

Os bancários da Caixa mantêm acesa a chama das mudanças. Em sintonia com o que ocorre no país, cuidam para que a empresa em que trabalham retome a sua vocação social, tanto no relaciona-

mento externo com seus clientes e parceiros, quanto interno com seus empregados e aposentados.

Foi o que se constatou na luta mais recente, travada com afinco pela categoria, em defesa da dignidade profissional e por uma Caixa decente.

A mobilização que tomou conta das unidades da empresa por

todo o país, culminando com uma greve de 9 dias no mês de outubro, demonstrou uma vez mais essa altivez e firmeza de propósitos. O movimento teve como norte a consolidação da unidade da categoria bancária e a busca pela aplicação da Convenção Coletiva Nacional dos bancários também para os trabalhadores dos bancos públicos.

Os empregados da Caixa vinham reivindicando a Convenção Nacional há vários anos e desde 1985 exigem o reconhecimento pleno da condição de bancários. Este ano, conquistaram praticamente o mesmo acordo obtido pelos demais trabalhadores da categoria.

Houve uma valorização da remuneração fixa, ao contrário do que vinha ocorrendo nos últimos

anos com a política de reajuste zero e meros abonos do governo FHC.

O acordo assegura ainda a continuidade das negociações específicas, com instalação de grupos de trabalho para avaliação das demissões pela RH 008 (norma das demissões sem justa causa), para redefinição do PSI (Processo Seletivo Interno), para acompanhamento e implantação do PCS (Plano de Cargos e Salários), para a revisão

do Sipon (Sistema de Ponto Eletrônico) e horas extras, e para tratar de segurança bancária.

O empenho dos empregados da Caixa pela criação de um novo ambiente na empresa, sem espaço para desrespeito aos seus direitos, perseguições e assédio moral, iniciou-se já na fase de transição para o novo governo e foi mantido ao longo de todo o ano de 2003. O primeiro passo no sentido das mudanças foi o reconhecimento da representação sindical e a retomada do diálogo com a empresa, para o estabelecimento de um processo de negociações permanentes.

A CNB/CUT (Confederação Nacional dos Bancários) e seus sindicatos, que têm em suas bases 90% dos bancários do país,



Sindicatos asseguram a retomada do diálogo, com negociações permanentes

Acordo histórico para os bancários da Caixa

O ano de 2003 é um marco histórico para os bancários. Pela primeira vez, a campanha salarial da categoria foi unificada de fato, com a atuação dos trabalhadores dos bancos públicos ao lado dos funcionários das instituições privadas.

Como resultado, os empregados da Caixa conquistaram um acordo salarial semelhante ao dos demais segmentos da categoria. A empresa comprometeu-se, no acordo, a aplicar os principais itens da Con-

venção Coletiva Nacional firmada entre a categoria bancária e a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos).

A Convenção Coletiva Nacional foi instituída em 1992 e jamais foi aplicada nos bancos federais. Até agora, sempre foram negadas aos trabalhadores da Caixa e dos demais bancos públicos as conquistas obtidas pela categoria em negociação com os banqueiros.

Com uma greve de 9 dias, os empregados da Caixa reafir-

maram as decisões de seus últimos congressos (Conecef), de atuar em conjunto com os demais trabalhadores do mesmo ramo de atividade, e rejeitaram o fechamento de um acordo em patamar inferior ao obtido pelo restante da categoria bancária.

Esta unificação foi possível apenas pelo novo momento político pelo qual passa o país. As diferenças continuam, e isto foi expressado pelos dois lados. Mas, a partir de agora, o período de reivindicações sem eco dá lugar a uma negociação em que os resultados são concretos.

A campanha salarial deste ano expressou um significativo avanço na unidade pela qual a CNB/CUT (Confederação Nacio-



Revogação da RH 008 amenizou o clima de apreensão e angústia nas unidades da empresa

passaram a ser reconhecidos de fato como os representantes dos trabalhadores. Nos últimos anos, a representação dos bancários vinha sendo usurpada pela Contec (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito), cuja base sindical não ultrapassa 10% da categoria. Com ela, eram firmados acordos à revelia dos bancários da Caixa.

A primeira demonstração da mudança no processo de negociação veio, ainda no início do ano,

com a revogação da RH 008 (normatização das demissões sem justa causa) e com o compromisso da direção da empresa de buscar reverter a cultura do assédio moral, herdada de administrações anteriores. O acordo 2003/2004, resultante da recente mobilização dos bancários, avança um pouco mais na questão da RH 008 ao criar um grupo de trabalho para debater o retorno dos demitidos, analisando caso a caso. Já em relação ao assédio moral, falta à empresa adotar as

medidas práticas que possam eliminar tal excrescência o mais rapidamente possível.

Entre os avanços obtidos nas negociações permanentes estão também os grupos de trabalho que se dedicaram à elaboração de um novo programa de assistência médica para a Caixa e de um novo plano de benefícios para a Funcef (confira matérias sobre estes assuntos na páginas 16 e 20).

Mas nem tudo tem o rumo e o compasso das mudanças. Res-

nal dos Bancários) e os sindicatos vinham trabalhando nos últimos anos. Revelou ainda um crescimento expressivo do poder de mobilização dos bancários da Caixa e do Banco do Brasil. As assembleias tiveram participação massiva dos trabalhadores, que também se mobilizaram em paralisações e protestos, reforçando o movimento que culminou na greve vitoriosa.

Como resultado, está o cumprimento praticamente integral da Convenção Coletiva Nacional,



Mobilização dos bancários da Caixa em todo o país assegura o sucesso da greve de 9 dias

tam inúmeros problemas a serem resolvidos pelos atuais administradores. A política de recursos humanos, o modelo de gestão e as relações de trabalho ainda não conseguiram superar as distorções e gargalos remanescentes do autoritarismo que imperou nos postos de comando da Caixa nos últimos anos.

Nas administrações da era FHC, os bancários da Caixa sofreram pressões absurdas para o cumprimento de metas; conviveram com as conseqüências danosas da terceirização; assistiram a um processo

acelerado de desmonte da empresa, rumo à privatização; e ainda viram suas entidades representativas serem perseguidas e ameaçadas de terem suas atuações enfraquecidas.

Ao ser empossada, a atual direção da Caixa recebeu dos representantes dos bancários o documento "Por uma Caixa decente", no qual eram identificados os pontos críticos do modelo de gestão em vigor, com propostas de mudanças a serem implementadas. Vários dos temas levantados ainda permanecem pendentes de discussão e de encaminhamento de soluções. A

extrapolação da jornada de 6 horas está entre os principais deles.

A extrapolação da jornada atinge indistintamente a todos os empregados e, em particular, os que detêm função técnica e vivem sob a imposição de trabalhar 8 horas ou mais por dia. O retorno à jornada original para as funções técnicas é indispensável não só ao restabelecimento da justiça, como também à interrupção do acúmulo de passivo trabalhista pela empresa.

Para as representações dos empregados, conforme destacam no documento entregue aos novos administradores, "é necessário que a direção da Caixa estabeleça a normalidade e a justiça no trato da jornada de trabalho, garantindo que ela se dê dentro dos limites le-



"Por uma Caixa decente": documento foi entregue à empresa no início dos debates

que põe fim à lógica da fragmentação da categoria, que imperou na era FHC, além de estabelecer um novo patamar para as negociações salariais dos próximos anos.

O desafio, a partir de agora, é consolidar a unificação da categoria bancária e ampliar suas conquistas, após anos de isolamento e de reajuste zero. Em um novo momento político, o movimento dos empregados da Caixa e o movimento bancário demonstram uma nova disposição e mais força para a negociação e a conquista de direitos e avanços

Outra importante vitória das negociações da campanha salarial deste ano foi o reconhecimen-

to da CNB/CUT e de seus sindicatos como as legítimas representações dos bancários. A CNB/CUT representa mais de 90% dos bancários do país.

A campanha também pode significar o fim do desrespeito da empresa para com as entidades representativas legítimas dos empregados.



Desfecho das negociações foi debatido em grandes assembléias



Ainda há muito o que mudar para melhorar o ambiente de trabalho na Caixa

gais e, quando houver necessidade de eventuais extrapolações do horário, que as horas extras sejam devidamente remuneradas".

A fraude do trabalho extraordinário acabou institucionalizada na Caixa com a implementação do Sipon (Sistema de Ponto Eletrônico). Entre outras coisas, o sistema possibilitou às chefias o uso de mecanismos de acertos nos registros, impondo pesados prejuízos aos bancários. A alteração do Sipon aguarda providências.

São aguardadas ainda iniciativas que agilizem a reversão das contratações de prestadores de serviços. A terceirização alcançou um patamar insustentável. Os contratados por locadoras de mão-de-obra, mais estagiários, já são mais da metade dos trabalhadores que

Principais itens do acordo

- 12,6% de reajuste sobre salário-padrão e cargos comissionados/função de confiança;
- 10% de reajuste para os cargos da carreira técnica de assessoramento, e de 5% para os cargos da carreira gerencial e de assessoramento estratégico e da carreira negociai;
- abono de R\$ 1.500,00, a ser pago até 10 dias após a assinatura do acordo;
- participação nos lucros e resultados no valor de R\$ 650,00 acrescido de 80% da remuneração-base (não incluído o CTVA). Pagamento de 50% em novembro de 2003 e 50%

até março de 2004;

- auxílio cesta-alimentação de R\$ 100,00 até agosto de 2004. Em setembro de 2004, o valor passa a corresponder 75% da

cesta-alimentação acertada com a Fenaban e, em setembro de 2005, será igualado;

- auxílio-alimentação ou refeição de R\$ 11,67.



Acordo assegurou a PLR nos termos acertados com a Fenaban

Contas simplificadas atraem clientela de baixa renda, mas segmentação ainda persiste

atuam na empresa.

O descasamento entre a estratégia adotada pela instituição nos últimos anos e sua política de recursos humanos provocou profundas distorções nos locais de trabalho, que acumulam déficit de milhares de empregados em todo o país. "A solução - dizem as representações dos empregados - passa, necessariamente, pela contratação de novos funcionários, inclusive para suprir as necessidades da empresa em áreas nas quais o processo de terceirização foi irresponsável, causando sérios prejuízos à Caixa e a seus trabalhadores".

Ao abordar o assunto, o vice-presidente de Logística, Paulo Bretas, diz apenas que o número de terceirizados "vai se reduzir bastante pela substituição por empregados da Caixa e pelos processos tecnológicos". Segundo ele, não há uma proporção entre terceirizados e concursados que se possa considerar a ideal e sim "uma política a ser aprovada no Conselho Diretor da empresa".

O movimento dos empregados defende a realização de concurso público para suprir as carências do quadro efetivo. Os novos administradores afirmaram, em diversas oportunidades, que a empresa pretende selecionar 20 mil novos bancários, e que a realização do concurso estaria na dependência apenas de aprovação dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento. No entanto, ao ser indagado sobre o número de bancários que a Caixa pretende contratar até o final de 2004, Paulo Bretas



restringiu-se a dizer que, "para 2003, entrando em 2004, deverão ser contratados 4.800", contingente composto por aprovados em concursos anteriores.

Fala-se também na empresa da preparação de um novo plano de demissões voluntárias, cujo objetivo seria atingir 10 mil adesões. O vice de Logística disse que "nada há neste sentido até o momento".

Além dos efeitos da carência de pessoal, o atendimento e a condução dos negócios sofrem também reflexos da segmentação implantada na gestão anterior. A medida, adotada com o objetivo de reduzir custos de mão-de-obra e adequar a área comercial ao modelo privado, resultou em exclusão e discriminação a clientes,

sobretudo aos de baixa renda. Por decisão de governo, os excluídos estão resgatando espaço na Caixa, mas sem que o modelo de segmentação tenha sido revisto.

O desafio que se coloca a partir de agora para os trabalhadores da Caixa é manter a disposição de luta do período da campanha salarial, para fazer avançar a solução dos problemas que ainda os afligem e dificultam a atuação da Caixa como banco público, a serviço da sociedade. As negociações com a empresa serão permanentes e envolverão os

mais diversos assuntos. E já começam a ser compostos os grupos de trabalho (PCS, PSI, Sipun e horas extras) previstos no acordo coletivo recém-assinado. **O**

Representações
dos bancários
defendem a
realização
de concurso
público

Senadora aponta os avanços da campanha unificada

O acordo coletivo dos bancários da Caixa e do Banco do Brasil foi conquistado com greve e com muita habilidade de suas representações na mesa de negociação. Mas foi também de grande valia o empenho dos parlamentares bancários em fazer avançar as propostas colocadas em discussão. Entre os que se dedicaram à busca de melhorias para o acordo está a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), com a qual falou a reportagem de **Fenae Agora**.

FA: *Que avaliação a senhora faz da campanha salarial dos bancários em 2003?*

Ana Júlia: Sem dúvida nenhuma nós vimos um outro patamar de discussão com a categoria dos bancários, em especial um tratamento completamente diferenciado com os bancos públicos. A greve foi um importante instrumento dos trabalhadores, um instrumento legítimo. Mas eu acho que ter chegado ao acordo que se chegou, conseguindo o mesmo índice de reajuste que os bancários de bancos privados obtiveram, conseguindo uma série de vantagens, inclusive para os funcionários novos, mostra que o governo Lula deu um tratamento muito diferenciado ao trabalhador. Foi o maior reajuste salarial que os bancários de bancos públicos tiveram nos últimos oito anos.

FA: *Os acordos foram melhores que nos anos anteriores?*



A senadora Ana Júlia empenhou-se pelos bancários da Caixa e BB

Ana Júlia: Os acordos foram infinitamente melhores que nos anos anteriores. Nos últimos oito anos, em nenhuma campanha salarial o reajuste passou de 5%. A maioria variou de zero a 1%. Agora os bancários tiveram reajuste de 12,6% e isso é o maior avanço que os bancários de bancos públicos tiveram nos últimos 8 anos.

FA: *Houve algo que se possa destacar como sendo um dado novo na relação dos trabalhadores com o poder público?*

Ana Júlia: Acho que o fato diferenciador para as entidades é o reconhecimento que o governo demonstrou em relação à representatividade dos sindicatos, não obrigando o bancário a ser representado por uma entidade que ele não reconhece, no caso a Contec, que conta com um número inexpressivo de sindicatos a ela filiados. O governo negociou com quem tem representatividade de fato, em respeito à história de luta e de organização dos trabalhadores.

FA: Que papel tiveram os parlamentares nas negociações?

Ana Júlia: Eu e os vários parlamentares bancários tivemos o prazer de colaborar com a busca de uma solução para o impasse criado nas negociações. No calor da greve, conseguimos intermediar com o governo, que demonstrou sensibilidade e propiciou alterações nas propostas de acordo, com melhorias importantes para os trabalhadores. Nos sentimos gratificados pelo êxito de nossa atuação, uma vez que o acordo alcançado tornou-se um fato histórico para os trabalhadores dos bancos públicos.

FA: Quais as perspectivas para os bancos públicos e seus trabalhadores no próximo período?

Ana Júlia: O governo aponta com concursos e com a substituição dos prestadores de serviços nos bancos públicos, medidas que considero muito importantes para os bancos e para a categoria bancária. Outra perspectiva que está dada é de fazer com que os bancos públicos passem a funcionar realmente como alavancas do desenvolvimento do país. Os nossos bancos não podem se sustentar apenas em juros, que são lucros fictícios, um tipo de lucro que não interessa ao país. O lucro deve estar alicerçado naquilo que é a essência da atividade bancária, que é o financiamento do setor produtivo, para gerar emprego, para distribuir renda, para melhorar a qualidade de vida da nossa população. É nessa direção que estaremos atribuindo o papel adequado às instituições financeiras públicas e construindo um futuro melhor para os seus trabalhadores e para os demais cidadãos brasileiros.



18 anos da primeira greve nacional

Paralisação teve como ponto de partida a mobilização dos auxiliares de escritório

Em 30 de outubro de 1985, os bancários da Caixa deflagraram greve nacional pela efetivação da jornada de seis horas e pelo direito à sindicalização. Em outras palavras, cruzaram os braços para serem reconhecidos - de fato e de direito - como integrantes da categoria bancária.

A paralisação durou 24 horas e atingiu as unidades da Caixa de todo o país, com adesão de praticamente 100% por cento dos trabalhadores. Foi o primeiro movimento grevista de alcance nacional na história da empresa.

A greve pelas 6 horas foi construída a partir da mobilização dos auxiliares de escritório, que buscavam ser enquadrados como escrivães na carreira técnico-administrativa.



A carreira de auxiliar de escritório foi criada pelo então presidente da Caixa, Gil Macieira, com o propósito de reduzir salários. O país vivia os anos finais da ditadura militar, com o governo de João Batista Figueiredo.

As atividades atribuídas aos auxiliares de escritórios eram basicamente as mesmas dos escriturários, mas o piso para a nova função correspondia à metade do salário de ingresso previsto no PCS (Plano de Cargos e Salários).

A situação era idêntica à que se deu sob o governo FHC, em 1998 (gestão Sérgio Cutolo), quan-

do houve uma mudança no PCS e criou-se a função de técnico bancário, com salários inferiores aos de escriturários. E, a exemplo da aspiração que moveu lá atrás os auxiliares de escritórios,

os hoje técnicos bancários também erguem a bandeira da isonomia com os escriturários, pleito referendado pelo XIX Conecef (Congresso Nacional dos Empregados da Caixa), realizado no mês de julho, em São Paulo.

Com a mobilização dos auxiliares de escritório, a empresa realizou, num primeiro momento, a maquiagem da mudança do nome da função para EB (escriturário

básico) e depois um novo remendo com um processo seletivo interno, mas a distorção e o rebaixamento salarial jamais foram equacionados.

Já a jornada de 6 horas, com a greve, foi assegurada. A Câmara Federal encaminhou, em regime de urgência urgentíssima, a votação do projeto de lei 4.111-A, que estendia também aos empregados da Caixa o direito à jornada de 6 horas praticada nos demais bancos. A lei foi sancionada pelo então presidente José Sarney em 17 de dezembro de 1995. O Diário Oficial do dia seguinte trazia também a garantia do direito à sindicalização, viabilizada com a alteração do parágrafo único do artigo 556 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Bandeira da isonomia com os escriturários é erguida hoje pelos técnicos bancários

Ações ampliadas com o fim da ameaça de privatização

A Caixa livrou-se do risco iminente de ser privatizada. Desde o fim da era FHC, determinado pela vitória de Lula em 3 de outubro de 2002, essa hipótese passou a ser descartada. A empresa passou a viver uma nova situação já a partir de 1º de janeiro deste ano, antes mesmo de serem nomeados os atuais administradores. "Esse foi o divisor de águas, a grande e fundamental mudança, sem a qual estaríamos fadados a enfrentar o caos e a falta de perspectivas para a empresa e seus empregados", ressalta José Carlos Alonso, diretor-presidente da Fenaec.

A eliminação da ameaça de privatização abriu o caminho para o resgate e o fortalecimento do papel de banco social ocupado pela Caixa ao longo de sua história. Entre os passos dados nesse sentido destaca-se a ampliação das ações da Caixa como agente de políticas públicas. Suas contribuições têm se dado, inclusive, nas fases de elaboração de programas e projetos governamentais, extrapolando a condição de mera repassadora de recursos.

A mudança da trajetória de desmonte representou ainda a reversão da política de ataques sistemáticos aos empregados e às suas entidades sindicais e associativas.

No cômputo das realizações positivas desses últimos meses, destaca-se a atuação da Caixa na estruturação do cadastro único do Bolsa-Família, que engloba todos os programas de transferência de renda do governo federal. A empresa assinou um termo de compromisso com os sete ministérios da área social, mais os da Casa Civil e do Trabalho, no qual se credencia como gestora do cadastro. Migraram para o cadastro único cerca de 3,6 milhões de famílias. O total de famílias no cadastro unificado chegou a 11 milhões, representando aproximadamente 42 milhões de pessoas.

A Caixa atua na quase totalidade dos municípios brasilei-

ros. Essa presença, aliada à sua vocação histórica de banco popular, a torna referencial para a população no sistema financeiro. E essa ligação entre Caixa e sociedade vem se estreitando cada vez mais, com milhares de cidadãos em todo o país tornando-se clientes, muitos deles abrindo, pela primeira vez sua conta corrente em um banco.

A Caixa iniciou a abertura das contas simplificadas com a meta de atingir este ano 500 mil clientes no programa Caixa Aqui. O objetivo foi rapidamente superado e, no dia 12 de dezembro, o presidente da Luís Inácio Lula da Silva comemorou a conta 1 milhão, em ato realizado na matriz da Caixa. ©



Caixa comemora 1 milhão de contas simplificadas em ato com a presença do presidente Lula

Juros e taxa Selic

Murilo Barella, técnico do Dieese na Fenae

Apesar de estar em queda, as taxas de juros brasileiras são das mais altas do mundo. Para esta discussão, no entanto, é necessário compreendermos o conceito de juro. Juro é custo do dinheiro e pode ser definido como sendo a remuneração que o tomador de um empréstimo deve pagar ao proprietário do capital emprestado. Ele pode ser simples, quando calculado sobre o montante do capital, ou composto, quando o juro vencido e não pago é somado ao capital emprestado, formando um montante sobre o qual é calculado o juro seguinte.

Em sua composição entram conceitos relativos à correção monetária, taxas de intermediação e risco. A correção monetária e as taxas de intermediação são custos relativos à disponibilização dos recursos, enquanto a lógica do risco embute a preservação do capital. Outro aspecto conceitual importante é a preferência pela liquidez, que afirma que os agentes econômicos, em geral, gostam de ter o dinheiro disponível para usá-lo do jeito que lhes aprouver. É aqui que a influência do juro sobre a economia fica explícita.

Quando falamos de remuneração de capital, estamos falando de custo de oportunidade: quanto este capital estaria rendendo, neste momento, se estivesse sendo usado em outro negócio? O custo de oportuni-



de do dinheiro é altíssimo e é tanto maior, quanto maior seu montante. Ou seja, "dinheiro faz dinheiro".

O sistema capitalista é baseado nos gastos: gasta-se em equipamentos e insumos para disponibilizar mercadorias para o consumidor gastar a sua renda. Existe um fluxo de consumo e produção, cujo condicionante são as despesas. Compro uma máquina de costura agora ou deixo o dinheiro no banco? Faço um crediário ou adio a minha compra?

Na reflexão acima, é possível verificar que existe um horizonte de tempo. Os retornos dos investimentos têm uma natureza temporal condicionada ao consumo. As taxas de juros impactam diretamente na decisão do gasto. Sabendo disso, o governo, por meio das autoridades monetárias, atua aumentando ou diminuindo a taxa de juros, para sinalizar aos agentes o ritmo da economia.

Um dos mecanismos atuais para esse tipo de intervenção é o Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), que destina-se ao registro de títulos e de depósitos interfinanceiros, bem como ao processamento de

operações de movimentação, resgate, ofertas públicas e respectivas liquidações financeiras. Assim, a taxa básica utilizada como referência pela política monetária é a taxa apurada no Selic, obtida mediante o cálculo da taxa média ponderada e ajustada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e cursadas no referido sistema na forma de operações compromissadas, ou seja, a venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, em conjunto com compromisso de revenda assumido pelo comprador, para liquidação no dia útil seguinte.

Os agentes que realizam tais operações são, fundamentalmente, as instituições financeiras habilitadas: bancos comerciais, bancos de investimento, corretoras e distribuidoras de valores. A capacidade destas instituições de movimentar montantes significativos de recursos, combinada com o risco homogêneo das operações, definem a diferença da taxa Selic para outras taxas. Por exemplo, no juro bancário, que é cobrado pelos bancos nas operações efetuadas junto aos clientes, a taxa varia de acordo com o tipo de operação realizada: cheque especial, empréstimo pessoal, desconto de duplicata, capital de giro etc. Nesse caso, os valores são, em geral, fixados de acordo com os movimentos de mercado e com a capacidade do tomador em honrar seus compromissos.

Mais benefícios em um novo plano para a fundação

Grupo elabora mudanças no Replan para unificar os regulamentos da fundação

A proposta do novo plano de benefícios da Funcef já foi fechada e agora está sendo analisada pelas instâncias deliberativas da fundação, Caixa e governo federal. A elaboração foi finalizada pelo grupo de trabalho que, durante 3 meses, definiu os benefícios, novos institutos da legislação, salários de participação, plano de custeio, incentivos à adesão e outros pontos do plano. O grupo foi criado pela Funcef, após solicitação da Caixa, com a participação igualitária de representantes dos participantes, da patrocinadora e da fundação.

O novo plano é construído na modalidade de contribuição definida para para os eventos programáveis de renda e benefício definido para os benefícios de risco por morte e invalidez e para os benefícios em manutenção. Para os atuais associados do REG e do Replan, foram estabelecidas regras de saldamento do plano atual, com a consequente adesão ao novo plano. O grupo de trabalho avalia que o saldamento é a melhor forma de viabilizar a adesão de participantes, para evitar os impedimentos judiciais à migração de reservas de um plano para outro.

Também foram apresentadas, em relatório à Caixa, à Funcef e às entidades representativas dos participantes, as próximas etapas a serem desenvolvidas, que incluem a busca de alternativa para solucionar o impasse judicial surgido em virtude da migração de reservas do REG/Replan para o REB; a elaboração de alterações no estatuto da fundação, conforme premissas apresentadas pelos representantes dos associados; a formatação do termo para adesão; o estabelecimento de critérios para a divulgação do novo plano; e a viabilização de formas de recepção de outras massas de associados.

O grupo de trabalho tripartite reuniu-se por 3 meses para elaborar o novo plano de benefícios da Funcef



AGORA ANUNCIE - Ligue para (61) 323-7516 ou escreva para imprensa@fenae.org.br

Lida por 75 mil empregados da Caixa Econômica Federal e distribuída para 3.500 entidades sindicais e associativas, órgãos de comunicação, organizações não-governamentais, deputados federais, senadores, governadores, assembleias legislativas e partidos políticos



Guilherme Lacerda (Funcef), Paulo Bretas (Caixa) e Plínio Pavão (CEE-Caixa), na entrega do novo plano de benefícios

Caixa aceita mudar estatuto da Funcef

O vice-presidente de Logística da Caixa, Paulo Bretas, concordou com a necessidade de mudança do estatuto da Funcef e sugeriu o estabelecimento de grupo de trabalho para tratar especificamente sobre o tema.

Com um novo plano, de benefício para contribuição definida na fase de acumulação de reservas, a responsabilidade dos participantes aumenta.

Os representantes dos associados, em ofício encaminhado à Caixa, alertaram assim que "aumenta significativamente o compromisso dos participantes com a gestão da fundação, pois da boa administração do patrimônio dependerá o nível de be-

nefício a ser usufruído quando da aposentadoria". Bretas sugeriu que a alteração do estatuto começasse logo após a finalização do novo plano de benefícios da fundação.

Os representantes dos participantes defendem a incorporação, ao estatuto, das resoluções aprovadas no XIX Conecef (Congresso Nacional dos Empregados da Caixa), realizado em julho.

As decisões do Congresso incluem a paridade, na diretoria executiva, entre representantes dos participantes e da patrocinadora; escolha direta dos três representantes dos associados; fim do voto de minerva nos conselhos Deliberativo e Fiscal; e, entre ainda outros, plebiscito para alteração estatutária ou das regras de plano de benefício.

Justiça define a quarentena

Dois ex-diretores da Funcef, Edo de Freitas e Mário Serpa, procuraram a Justiça para trabalhar uma vez por semana na fundação. Ambos foram convocados ao trabalho pela Funcef e propuseram estar presentes apenas às sextas-feiras, cumprindo o restante de suas atribuições "por telefone e e-mail".

O contrato de trabalho dos diretores estabelece o pagamento de salários por 12 meses após a destituição do cargo e prevê a prestação de serviços à Funcef. A fundação, em sua resposta à demanda judicial dos ex-diretores, observa que pagará seus vencimentos caso eles efetivamente trabalhem. Essa determinação está expressa no artigo 23 da lei complementar 108.

Justamente por isso, em 20 de maio, a Funcef solicitou dos ex-dirigentes seu retorno ao trabalho, para que não ficasse configurado o abandono de emprego. Foi essa solicitação que motivou a ação da Justiça. Edo e Serpa ganharam em primeira instância e a Funcef recorreu para que os diretores façam por merecer o salário que recebem.

Critérios do PSI à espera de revisão

Maiores reclamações se referem à liberação dos empregados e aos comitês avaliadores

A distorção ainda em vigor nos critérios utilizados no PSI (Processo Seletivo Interno) é uma pedra que precisa ser removida do caminho da nova gestão da Caixa. Ao longo dos últimos anos, as normas de ascensão dos empregados aos cargos e funções foram significativamente modificadas, sobretudo com a imposição de limites para acesso a cargos da alta administração da empresa. Em face disso, a subjetividade foi reforçada e houve aumento do arbítrio das chefias nos processos de Seleção para a ocupação de funções.

O desafio de reverter os atuais critérios do PSI consta na cláusula 45 do acordo coletivo de 2003/2004, firmado entre a Executiva Nacional dos Bancários, a CEE/Caixa (Comissão Executiva dos Empregados) e a direção da empresa. Para isso, o acordo formaliza a criação de grupo de trabalho para tratar do PSI.

O tema também mereceu destaque no último Conecef, realizado em julho, a ponto de - naquela ocasião - ser entregue um abaixo-assinado ao vice-presidente de Logística da Caixa, Paulo Bretas, com pedido para que a direção da empresa universalize esse processo e garanta, de fato, que os aprovados assumam.

As normas de ascensão dos empregados aos cargos e funções foram modificadas

Na opinião de Fabiana Matheus, presidente da Apcef/SP (Associação de Pessoal da Caixa de São Paulo), processos seletivos e concursos internos, com transparência e critérios que privilegiem o mérito profissional, são a melhor forma de permitir o acesso dos trabalhadores às oportunidades de promoção e premiar os empregados da Caixa que efetivamente mereçam ser promovidos.

Em quase todo o Brasil, o processo seletivo interno dá margem a diversos questionamentos. As maiores reclamações dizem respeito à liberação do empregado, aos critérios utilizados nos editais e aos comitês avaliadores.

E verdade que os processos seletivos são abertos a quem queira participar, mas as dificuldades são provocadas pelo fato do empregado precisar da anuência da gerência para fazer parte do PSI. Há ainda o agravante da liberação ficar a critério do gerente, mesmo depois de o bancário ter sido aprovado na Seleção. Há casos de empregados que não conseguiram autorização da chefia imediata para se inscrever, tendo cerceado assim seu direito a crescer dentro da empresa.

Até a área de auditoria foi envolvida em irregularidades, conforme atestam denúncias feitas por diversos empregados. Essas denúncias estão registradas em dossiê encaminhado pela Apcef/SP para a Ouvidoria da



Durante o último Conecef, realizado em

Caixa, em outubro do ano passado. O documento classifica de "trem da alegria" o processo seletivo interno para a nomeação irregular de auditores, relacionando ainda alguns itens do regulamento de pessoal e outros normativos da empresa que foram descumpridos.

Os comitês avaliadores também são objeto de muitas denúncias. Assim acontece, de acordo com Fabiana Matheus, porque a maioria dos Cages (Comitês de Avaliação Gerencial) e Cates (Comitês de Avaliação Técnica) é composta pelas chefias detentoras das vagas. "Devido a essa falta de transpa-



Julho em São Paulo, foi entregue abaixo-assinado a Paulo Bretas com pedido de revisão nos critérios do PSI

rência, a banca na área de Seleção se torna tendenciosa. Não há pessoas habilitadas, como psicólogos, participando desse processo. Os comitês obedecem critérios locais, não existindo parâmetro, transparência e uniformidade na fase de avaliação", comenta a presidente da Apcef/SP.

Definidos pela diretoria anterior da Caixa, numa época em que o governo de Fernando Henrique Cardoso montava a arapuca da privatização da empresa, os critérios quanto ao PSI

A Caixa quer adotar algumas iniciativas para adequar seu atual quadro de pessoal

precisam ser reavaliados pelos novos administradores. Essa cobrança foi feita em maio em ofício da Apcef/SP para a diretora de Recursos Humanos da Caixa, Diva de Souza Dias. A resposta da empresa a esse questionamento, também por ofício enviado naquela mesma data, foi de que a meta da nova gestão é fomentar democraticamente o crescimento profissional dos empregados. A correspondência da Direh (Diretoria de Recursos Humanos) à Apcef/SP esclarece que "as dificul-

dades no provimento estão diretamente relacionadas a questões estruturais dentro da empresa, notadamente no que se refere à necessidade de ampliação do quadro de pessoal".

Para sanar essas distorções, segundo a diretora de RH, os novos dirigentes da Caixa buscam alternativas que viabilizem a ampla participação dos empregados, entre elas a revisão da atual sistemática de PSI, a revisão do PCS (Plano de Cargos e Salários) e PCC (Plano de Cargos Comissionados) e, sobretudo, a gestão junto aos órgãos competentes para adequação do quadro de pessoal.



Negociações em torno da proposta de uma nova política de saúde prosseguem e registram avanços

Mudanças nas diretrizes de saúde

Cláusula do acordo coletivo de 2003/2004 prevê discussões sobre saúde com a Caixa

As negociações em torno da proposta de uma nova política para a área de saúde da Caixa Econômica Federal estão avançadas no grupo de trabalho Saúde/Caixa, instalado em 12 de maio deste ano. Licenças médicas e PRT (Programa de Reapropriação ao Trabalho) são dois temas que estão praticamente concluídos. O Saúde/Caixa, antigo Pams (Programa de Assistência Médica Supletiva), se encontra em fase de finalização. O acordo coletivo de 2003/2004 prevê, para 1º de janeiro do próximo ano, a implementação das propostas contidas no Saúde/Caixa.

Um dos principais consensos

diz respeito às licenças médicas. A Caixa concorda em alterar a norma que trata do assunto, significando o fim do item que permitia que o médico da empresa mudasse o tempo de licença médica concedido a um empregado por outro profissional. O PRT será substituído por um novo programa a ser criado e que passará a ter o caráter de reabilitação, concentrando-se

na saúde do trabalhador, ao contrário do PRT que possuía o foco no gestor e cujo objetivo era forçar o retorno precoce de trabalhadores afastados. Diferentemente disso, a meta do novo programa de reabilitação é atender o empregado

que se encontra em alta do INSS.

Serão adotadas mudanças substanciais no Pams. Uma delas prevê alterar o critério de participação da Caixa no programa, que passará de 3,5% da folha de pagamen-

to para 70% dos custos com assistência e mais 100% dos custos administrativos. Haverá ainda mudança na participação dos empregados, com mensalidades progressivas: quem ganha menos, paga menos.

Pelas normas do Saúde/ Caixa vigente, já deveriam ter ocorridos dois reajustes: um no final de 2002 e o outro no final de 2003. As projeções atuariais indicavam que o custo do programa por empregado passaria a R\$ 100,00 linear. Isso representaria hoje 10,5% no salário de um técnico bancário, que ganha R\$ 955,00. Esse valor se tornaria proibitivo para as faixas salariais mais baixas, como no caso de alguns aposentados e pensionistas, que ganham até menos que um técnico bancário.

A nova proposta muda as atuais regras e faz com que o técnico bancário, por exemplo, passe a pagar apenas R\$ 19,10. No caso dos empregados que ganham até R\$ 1.900,00, haverá também redução no valor da mensalidade. Mudanças serão processadas ainda nos critérios de gestão do programa, com a criação de um conselho deliberativo com a participação de representantes eleitos pelos empregados.

Empregados
querem mudar
os critérios de
gestão do atual
programa de
saúde da Caixa

Mercado de capitais e a CVM

Parte integrante do sistema financeiro, o mercado de capitais é aquele cujo produto são ativos atrelados à economia real, as ações. Sua importância relaciona-se à formas mais diretas de financiamento à produção: enquanto no lado bancário do sistema as transações são intermediadas pelos bancos, que geram seus próprios passivos, no mercado de capitais os demandantes de recursos são conectados diretamente com os ofertantes, por instituições auxiliares, principalmente as bolsas de valores.

Assim, a principal função do também chamado mercado de valores mobiliários, na economia, é o atendimento às necessidades de financiamento de médio e longo prazos por parte

das empresas. Ou seja, o mercado de valores mobiliários surge como fonte de recursos capaz de financiar projetos de expansão ou de aperfeiçoamento tecnológico das empresas, na medida em que reúne condições para oferecer às companhias um volume adequado de recursos, através de instrumentos atraentes para o público, quanto a retorno, prazo, liquidez e garantia.

As bolsas de valores, neste contexto, facilitam o

acesso entre poupadores e investidores, propiciando liquidez a títulos emitidos por empresas privadas, as ações. Neste ambiente operam as corretoras de valores, que atuam no lançamento de papéis das empresas junto ao público, administram

As bolsas fazem a ligação entre poupador e investidor no mercado de capitais

carteiras, custodiam valores mobiliários, administram fundos de investimentos e operam no mercado aberto.

A **CVM** (Comissão de Valores Mobiliários) é a autoridade monetária que rege, fiscaliza e disciplina este mercado. Ela tem por princípio defender os interesses do investidor, especialmente o acionista minoritário, e o mercado de valores mobiliários em geral, entendido como aquele em que são negociados títulos emitidos pelas empresas. A CVM deve também oferecer ao mercado as condições de segurança e desenvolvimento capazes de consolidá-lo como instrumento dinâmico e eficaz na formação de poupanças, de capitalização das empresas e de dispersão da renda e da propriedade, através da participação e acesso do público às informações sobre valores mobiliários negociados e sobre quem os tenha emitido.

A coluna **Formação** é produzida pela Subseção do Dieese na Fenae



O pregão da Bolsa de Valores é o espaço em que são negociadas as ações das empresas

Uma mulher com nome de flor e vontade de aço



"É melhor morrer na luta do que morrer de fome".
Margarida Maria Alves

2003 marca os 20 anos da morte da trabalhadora rural Margarida Alves

O ano de 2003 marca o 20º aniversário da morte de Margarida Maria Alves, líder agricultora na Paraíba. Margarida foi assassinada no dia 12 de agosto de 1983. Seus assassinos nunca foram condenados. E não serão, já que o processo foi extinto pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça).

A líder rural nasceu em 5 de agosto de 1943, em Alagoa

Grande (PB). Aos 30 anos, foi eleita pela primeira vez para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de sua cidade. Foi reeleita pelos seguintes 10 anos.

Entre suas lutas, estavam o 13º salário para o pequeno agricultor, registro em carteira, jornada de 8 horas e férias. Em seu período no sindicato, os usineiros e latifundiários da região foram réus em mais de 600 ações trabalhistas. Também trabalhou pela formação do homem do campo, ajudando a fundar o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural.



Marcha lembra morte de Margarida Alves

Desde 2000, para lembrar a história da líder paraibana e de tantas outras trabalhadoras rurais, diversas entidades do setor realizam a Marcha das Margaridas. Este ano, mais de 40 mil trabalhadores ocuparam a Esplanada dos Ministérios, em Brasília (DF), para exigir do governo federal mais

atenção com a reforma agrária, meio ambiente, uso do solo e das águas, salário mínimo digno, direito à saúde pública com assistência integral à mulher e luta contra a violência sexista, com destaque para o combate à impunidade dos crimes praticados contra mulheres.

O movimento brasileiro faz

parte de uma ação chamada Marcha Mundial das Mulheres, que também acontece desde 2000. No Brasil, a iniciativa cabe à Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), federações estaduais de trabalhadores na agricultura e sindicatos de trabalhadores rurais.


Lazer, pescaria e apoio à cidadania

No último dia 30 de novembro, em Salvador, a Apcef da Bahia inaugurou um bloco de 5 apartamentos, o que vai permitir que seus associados e familiares passem a hospedar-se em sua sede, no Clube dos Empregados da Caixa. Esse sonho esperou 20 anos para tornar-se realidade.

Outro presente da Apcef/BA a seus associados foi a reinauguração de um novo espa-

ço de lazer: o pesque-pague, ocorrida no dia 7 de dezembro.

Ambas as novidades atendem a uma antiga demanda dos empregados da Caixa e se somam a atrativos como campos de futebol, quadras poliesportivas, piscinas, sauna, restaurante, churrasqueiras e salão de jogos.

Campanhas de apoio à cidadania também fazem parte da rotina da Apcef/BA. 

Defesa da Caixa e da Funcef, sustentação ao movimento dos empregados, ações jurídicas, informação, esporte, lazer, cultura... Estas são algumas das atividades da Fenae, mantidas com a contribuição dos bancários da Caixa. É o **Fenae/Doações** em prol de uma empresa melhor para se trabalhar.

Participe! Contribua!




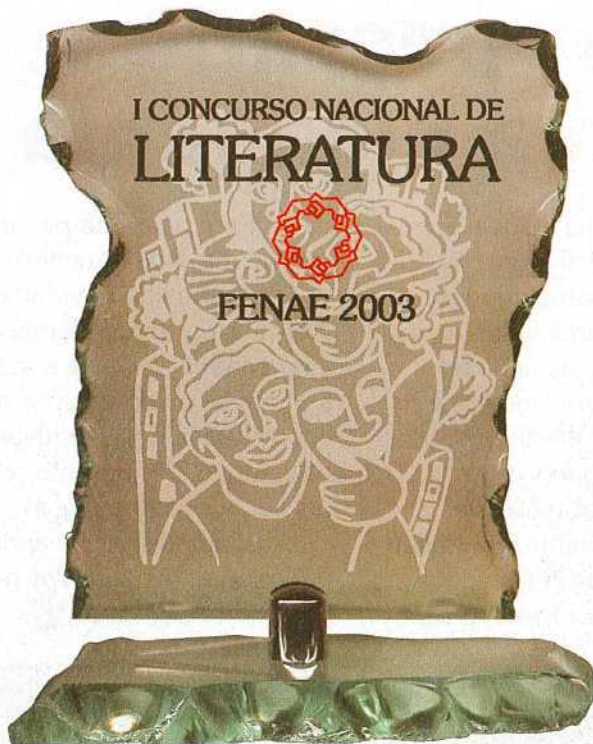
O Clube da Apcef/DF é um dos melhores do Planalto Central

Um prêmio para o Clube da Apcef/DF

Brasília oferece diversos atrativos de encher os olhos. O Clube da Caixa, fundado pela Apcef do Distrito Federal em 7 de setembro de 1960, é uma das boas razões de orgulho não só dos brasilienses, mas dos empregados da Caixa Econômica Federal. Tanto que, em agosto deste ano, a edição especial da revista "Veja - Viver Melhor em

Brasília", destacou o Clube da Apcef/DF como um dos quatro melhores espaços de lazer do Planalto Central.

Cinco professores de educação física participaram da eleição dos melhores clubes de Brasília, ficando o Clube da Apcef/DF em 3º lugar no ranking. O atual presidente da Apcef/DF é Ismael Arthur Galeazzi. 



Arte premiada dos empregados

Concurso de Literatura da Fenae premia trabalhos de qualidade dos empregados

Dois empregados mineiros e um catarinense obtiveram o 1º lugar no I Concurso Nacional de Literatura da Fenae.

Entre as crônicas, a vencedora foi Maristela Carvalho Lima, de Belo Horizonte. "Cartas" fala sobre o passar da vida de uma mulher devotada à família e abandonada pelo marido. O conto ganhador foi do também mineiro Eurípedes Xavier Souto. "O sublime princípio da loucura" usa o realismo fantástico para falar sobre o amanhecer no interior do Brasil e o efeito mágico que envolve uma mulher simples do campo. Em dramaturgia, "Al-

tas Voltagens", do empregado Nilson Rogério do Nascimento, de Florianópolis (SC), é ambientado totalmente em um prédio de apartamentos. Os trabalhos vencedores receberão R\$ 1.500 e um troféu.

O 2º lugar em cada modalidade *receberá* R\$ 1.000 e o 3º, R\$ 500. Perto de 250 trabalhos foram inscritos para o concurso, Muitas obras de qualidade acabaram sendo eliminadas porque seus autores não eram filiados a associações de pessoal ou então contribuintes do Fenae Doações. Outras obras não eram inéditas e também não foram consideradas.

CRÔNICAS

1º lugar

"Cartas", Maristela Carvalho Lima, Belo Horizonte (MG)

2º lugar

"Marcas pessoais", Gina de Cario Oliveira Abreu, Vitória (ES)

3º lugar

"Sábado paulista", Áurea Donizete Alves dos Santos, São Paulo (SP)

Menções honrosas

"Intimidade em público", Vera Lourdes de Souza, Belo Horizonte (MG)

"A maldição do pedestre", José Carlos dos Santos, São Paulo (SP)

"A Velosa", Carlos Martinho de Freitas, Rio de Janeiro (RJ)

"Pescarias", Álvaro Barcelos, Pelotas (RS)

CONTOS

1º lugar

"O sublime princípio da loucura", Eurípedes Xavier Souto, Montes Claros (MG)

2º lugar

"Estrela do Corumbá", Edison de Sousa Costa, Uberlândia (MG)

3º lugar

"Em off", Glauco Macedo de Azevedo, Parobé (RS)

Menções honrosas

"O velório do velho Mourão", José Carlos dos Santos, São Paulo (SP).

"Tiãozinho 111", Romero Silveira de Carvalho, Brasília (DF).

"Trilogia", Cláudia do Prado Bystronski, Florianópolis (SC).

"Benet", Cristina Fernandes Cattoi, Lajeado (RS).

DRAMATURGIA

1º lugar

"Altas Voltagens", Nilson Rogério do Nascimento, Florianópolis (SC).

2º lugar

"Entre o lobo e o cão - Quando se passa a querer achar o que se procura", Manuel Buarque, Recife (PE).

3º lugar

"Abalo", Carlos Alberto Meideiros da Nóbrega, Fortaleza (CE).

Divertimento para todas as idades

Jogo de dama continua popular e, em todo o país, segue padrão e regras internacionais

O jogo de dama já foi considerado um esporte feminino. Quando surgiu, no país Extremo Oriente, sua prática era de fato uma exclusividade de mulheres. Na época fazia um contraponto ao jogo de xadrez, que era praticado apenas por homens nobres. Hoje, a realidade é bem diferente: qualquer pessoa pode ter acesso ao jogo de dama, sem maiores dificuldades.

O jogo de dama utiliza o tabuleiro do xadrez, as pedras do gamão e os movimentos do alquerque. A difusão desse jogo em todo o Brasil foi facilitada, sobremaneira, pela internet. A

conexão com a Web ajudou a mudar os hábitos e o Cotidiano de quem pratica o jogo de dama, com ou sem regularidade. Oficialmente, há 2 categorias: 64 e 100 casas. O tabuleiro, com um total de 24 peças, distribuídas nas três primeiras fileiras de cada lado - 12 brancas e 12 pretas, possui uma superfície de 40 centímetros de largura e comprimento.

Conexão com a Web ajuda a mudar o cotidiano de quem pratica o jogo de dama

A cada jogador é dado um tempo de 90 minutos, denominado "tempo de reflexão", para executar os seus primeiros 30 lances, e depois mais 60 minutos para cada grupo de 20 lances subsequentes.

O tempo não gasto em cada série de lances é acumulado para a série seguinte. A partida, obrigatoriamente, é anotada pelos dois oponentes. Essas

exigências são satisfeitas necessariamente em competições oficiais, em que esteja em disputa qualquer título, seja internacional, nacional ou regional.

O jogo de dama no Brasil segue a regulamentação da Federação Mundial. O 1º campeonato brasileiro na categoria de 64 casas data de 1967 e teve como campeão o capixaba José Carlos Rabelo.

Ganha a partida o jogador que capturar todas as peças adversárias ou as deixar sem movimento possível. A pedra que chega à última fileira do lado oposto do tabuleiro é coroada dama, colocando-se outra peça sobre ela.

Com isso, a dama pode movimentar-se tanto para trás quanto para frente, o que não ocorre com as outras peças, que se movimentam apenas para a frente, uma casa por vez.

Entre os inúmeros torneios de jogo de dama que ocorrem Brasil a fora, está o que envolve os empregados da Caixa. Exemplo disso são os Jogos da Fenae e os regionais patrocinados pelas Apcefs.

Ganha a partida o jogador que capturar as peças adversárias ou deixá-las sem movimento





Muito além da polêmica ambiental

Lei de biossegurança visa regulamentar a comercialização de transgênicos no país

Tramita no Congresso Nacional o projeto de lei de biossegurança, que institui como norma o princípio da precaução para que o plantio, a venda e o consumo de alimentos geneticamente modificados, os chamados transgênicos, sejam precedidos por estudos que comprovem sua segurança para o meio ambiente, para a saúde da população e para a pesquisa e o conhecimento científicos. Pelo projeto, que deverá ser aprovado em 2004, sempre que houver dúvidas sobre os efeitos de um produto obtido a partir da transgenia seu desenvolvimento só será autorizado quando estiverem afastadas todas as suspeitas de consequências danosas.

Ao entrar em vigor a partir do próximo ano, a nova lei substituirá a atual, editada em 1995, e também a MP de agosto de 2001. O projeto de lei de biossegurança

foi uma das alternativas encontradas pelo governo federal para o impasse da comercialização no país da soja transgênica. O assunto ocupou o epicentro do noticiário da imprensa, no decorrer das últimas semanas de setembro, sobretudo depois da edição da MP que autoriza o comércio da soja transgênica apenas para a safra de 2004. A questão continua controversa e mostra que as polêmicas políticas, econômicas, legais e científicas são de difícil solução.

No Brasil, o tema da soja transgênica começou a ser difundido em larga escala a partir de 1998, quando o governo de Fernando Henrique Cardoso autorizou experiências com produtos geneticamente modificados. De lá para cá, o Rio Grande do Sul passou a liderar o ranking desse comércio, com a introdução no país de sementes transgênicas contrabandeadas da Argentina. Para evitar que essa farra se alastre, o projeto da biossegurança cria um novo tipo penal para quem construir, cultivar, produzir, transportar, transfe-



Embrapa faz experiências com o mamão

No Brasil, a transgenia não está restrita apenas à soja. Há 4 anos, em um laboratório de Cruz das Almas, na Bahia, a Embrapa faz pesquisa transgênica com mamão. Utiliza para isso o gene da capa protéica do vírus da mancha anelar, criando resistência para o pior inimigo do mamão.



Manifestações contra produtos transgênicos foram realizadas de norte a sul do Brasil

rir, comercializar, importar, exportar ou armazenar organismos geneticamente modificados sem autorização legal e prevê pena de até 3 anos de prisão aos infratores.

A nova lei segue o princípio da precaução, proposto pelo Protocolo de Cartagena, pelo qual produtos transgênicos não podem ser liberados sem que sua segurança seja determinada. A adesão do

Brasil ao protocolo ocorreu este ano. Outra novidade é a criação do Conselho Nacional de Biossegurança, formado por 12 ministros e a quem caberá traçar a política para os organismos geneticamente modificados.

Falta consenso sobre se economicamente vale a pena optar pelo cultivo do produto geneticamente modificado. De um lado, há os que defendem - dentro e fora do governo federal - maior cautela e a necessidade de estudo

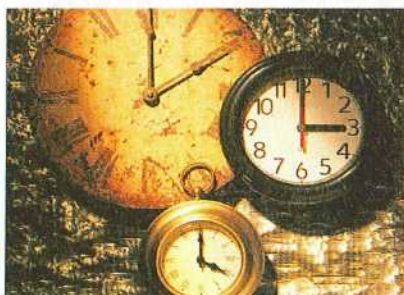
sobre o impacto ambiental. Há a suspeita de que a soja transgênica cause prejuízos ao programa do governo na área de agricultura familiar. De outro, há também os que dizem não ter sido encontrada nada de errado, argumentando que o princípio da precaução não deve impedir o Brasil de avançar no campo científico.

Na opinião do economista Shigeo Shiki, professor da Universidade de Uberlândia (MG), o custo baixo de produção da soja transgênica não passa de ilusão. Ele cita o exemplo do aumento de gastos com herbicidas nos EUA, anos após o primeiro plantio, e garante que 150 mil agricultores norte-americanos estão sendo processados pela Monsanto pelo uso "ilegal" da semente Roundup Ready. Ele teme que o mesmo ocorra no Brasil. Shiki também acha que a liberação do plantio de soja trans-

gênica vai prejudicar as exportações. "Os mercados que o Brasil detém, como a China e a Europa, dão preferência à soja convencional e não estão mais aceitando produtos transgênicos para o consumo humano".

Na outra ponta do debate, o principal argumento a favor da semente geneticamente modificada é econômico. Os adeptos da transgenia afirmam que, no cultivo tradicional, o produtor gasta R\$ 300 por ano em cada hectare, enquanto os custos com soja transgênica caem para R\$ 60 devido a uma única aplicação de herbicida.

No entanto, no meio dessa disputa que divide a sociedade, a grande massa de consumidores não dispõe de informações suficientes para formar uma opinião que a possibilite escolher entre um e outro produto.



"Quem sabe faz a hora",

Participe com o seu sindicato do momento de transformação do Brasil.

Sindicalize-se!

É hora de pedir o Pão-por-Deus

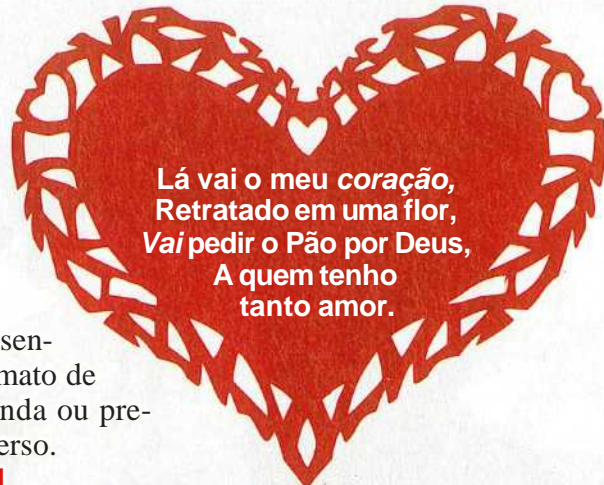
Trazida pelos açorianos, a tradição secular renasce aos poucos em Florianópolis

Quando o ipê amarelo começa a florir, na Ilha de Santa Catarina, é tempo de pedir o Pão-por-Deus. Muitos moradores de Florianópolis ainda mantêm a tradição, que veio dos Açores, arquipélago pertencente a Portugal, ainda no século XVIII. Para obter o Pão-por-Deus, é preciso falar esta expressão quando se vê a flor amarela. Até o começo de novembro, também é possível enviar, à pessoa de quem se pre-

tende ganhar um presente, uma carta em formato de coração. Nela, a prenda ou presente é pedido em verso.

A arte do papel

recortado, na Europa, era usada principalmente por crianças, que pediam doces. Em Florianópolis, os recortes tomaram o formato atual, e os pedidos assumiram caráter romântico. "Ao menos hipoteticamente, o pedido é feito à pessoa de maior poder e respeito: de admiradora para admirado; de moça para senhora; de moradora de sítio para moradora da cidade", explica o antropólogo Eugênio Lacerda, que estudou as festas tradicionais da Ilha. Segundo ele, hoje "há registros do Pão-por-Deus apenas no Ribeirão da Ilha", bairro afastado do centro da capital catarinense.



Lá vai o meu coração,
Retratado em uma flor,
Vai pedir o Pão por Deus,
A quem tenho
tanto amor.



A arte do papel
recortado
remonta à
Europa e era
praticada por
crianças

O historiador Gelson José Coelho, o Peninha, conta que "a manifestação ainda acontece em algumas comunidades, mas está amortecida". De acordo com Peninha, isso ocorreu pela chegada de pessoas de outros estados

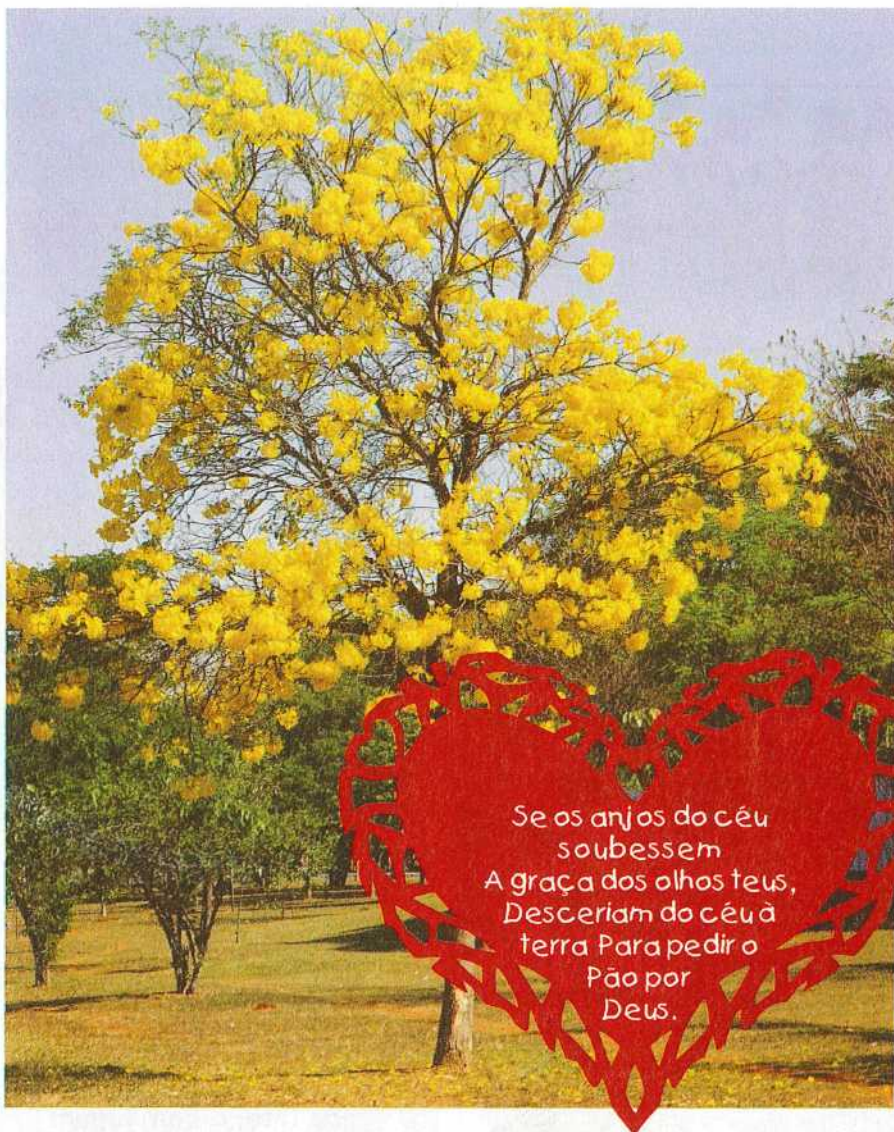
e do interior de Santa Catarina para morar em Florianópolis.

Para recuperar o Pão-por-Deus e outras tradições, a UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) criou o Núcleo de Estudos Açorianos, há cerca de 15 anos. Peninha, que é museólogo da Universidade, atesta que "em todo o litoral e arredores, num total de 43 municípios, só se fala e se quer saber da herança cultural de base açoriana". O Pão-por-Deus, que chega junto com as flores do ipê, é um dos primeiros resultados desse processo.



Lá vai o meu coração,
Correndo o mundo
sem fim, Chegalá, bate
na porta. Pede o
Pão por Deus
por mim.





Se os anjos do céu
soubessem
A graça dos olhos teus,
Desceriam do céu à
terra Para pedir o
Pão por
Deus.

Floripa é a terra do "manezinho"

O litoral catarinense e parte do Rio Grande do Sul, até Porto Alegre, foi colonizado originalmente por 4.500 imigrantes açorianos. Era o século XVIII, e o governo português se preocupava com a superpopulação dos arquipélagos dos Açores e da Madeira.

Os colonos chegaram e incorporaram tradições, costumes e características ao litoral dos dois estados. Ao mesmo tempo, várias culturas agrícolas e ocupações manuais

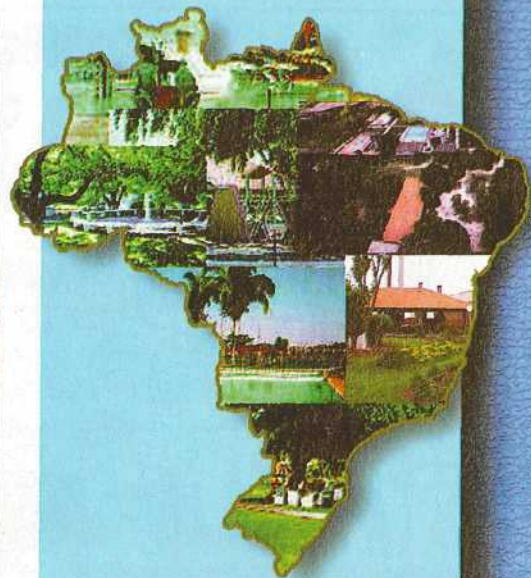
foram experimentadas, algumas com pouco sucesso.

A partir dessa origem, séculos depois, surgiu a expressão "manezinho da Ilha", para designar os nativos de Florianópolis. Muitos açorianos se chamavam

Manoel e o termo, originariamente, era considerado uma ofensa. Hoje adotado com orgulho pelos moradores da Ilha, o apelido dá nome até a um linguajar próprio, o "manezês". É comum, na cidade, ouvir-se o pedido de

"doix mei quilo di boi ralado" em substituição a um quilo de carne moída. Coisa de manezinho.

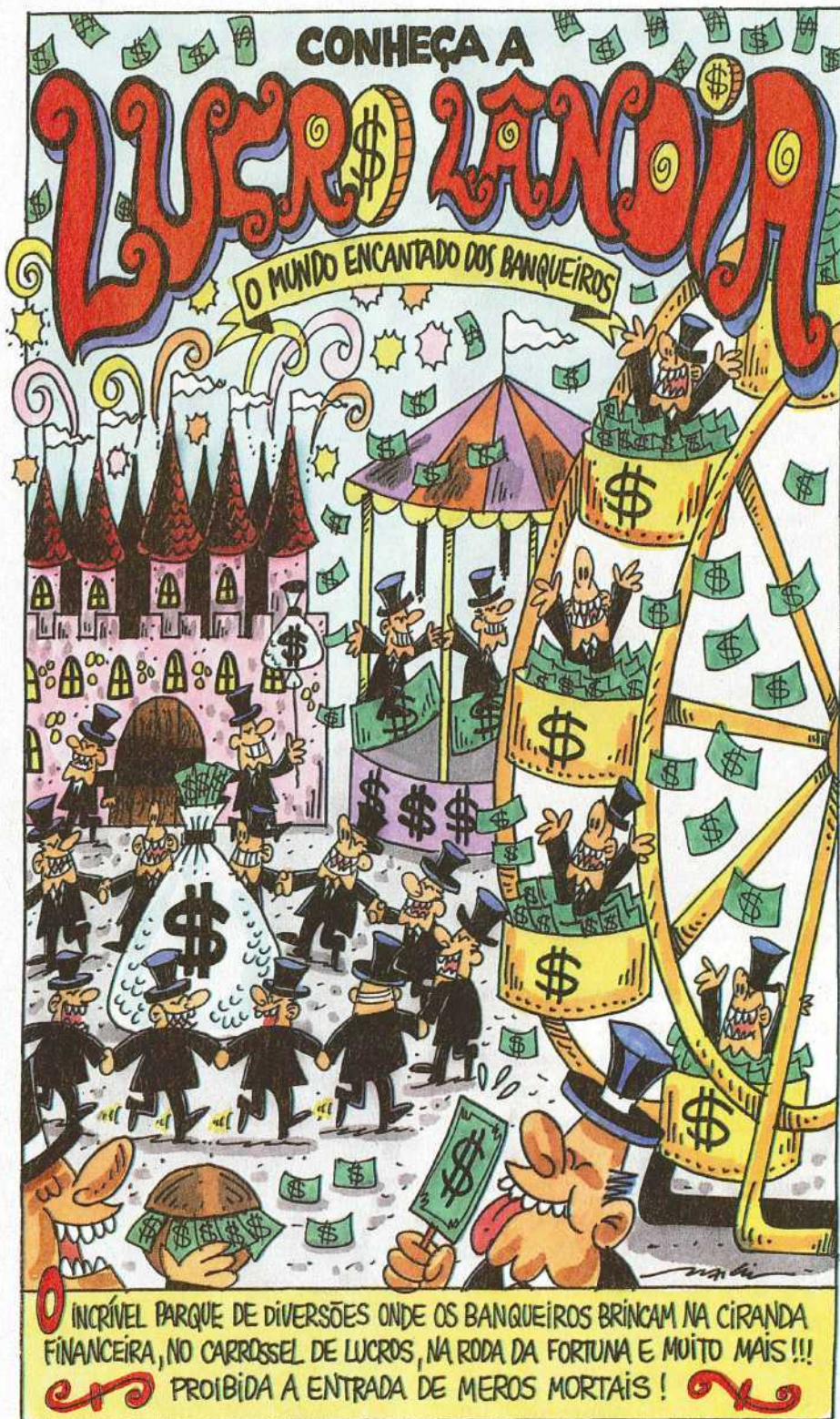
Litoral de SC e do RS foi colonizado por imigrantes açorianos no século XVIII



O movimento associativo dos empregados da Caixa mantém vivo o espírito de solidariedade e integração. Junte-se aos seus.

Filie-se à sua

Apcef



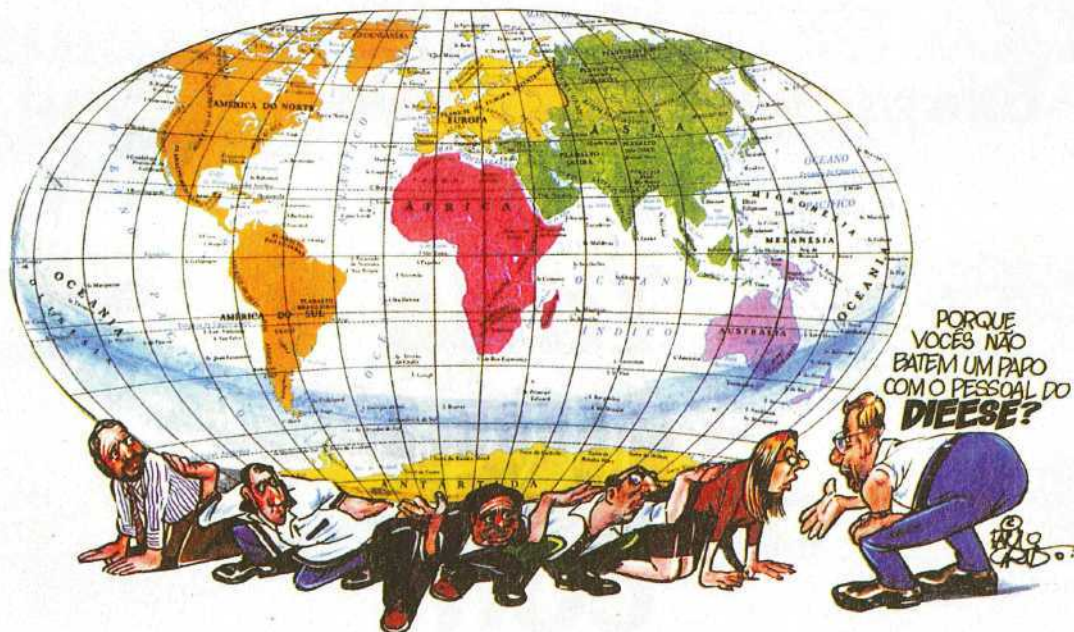
A sós com o seu coração,
enfim, será que o viajante
afortunado encontra
No vago toque da brisa,
no levadiço
lampejo de uma onda,
Provas de que existe algures,
de fato, o bom lugar
Tão convincente quanto
o que as crianças
acham em pedras e buracos?
(W.H.Auden)

A diretoria e os empregados
da **Fenae** desejam que
em 2004 encontremos
como crianças o tempo de
um bom lugar para todos.

Boas festas e
Feliz Ano Novo

Expediente

Administração e redação: Setor Comercial Sul, quadra 1, Bloco C, nº 30 Edifício Antônio Venâncio da Silva, 5º andar Brasília (DF) CEP 70395-900 Telefone (61)323-7516 Fax (61) 323-7804 / www.fenae.org.br - imprensa@fenae.org.br **Diretoria Executiva:** **Diretor presidente** José Carlos Alonso Gonçalves / **Diretor vice-presidente** Vaumik Ribeiro da Silva / **Diretor de Administração e Finanças** Pedro Eugênio Beneduzzi Leite / **Diretor de Comunicação e Imprensa** Antônio Braúlio de Carvalho / **Diretor de Esportes** Paulo Rocha Cunha / **Diretora Cultural** Maria Aparecida Torres Diniz de Almeida / **Diretora Executiva** Tânia Cristina Barros de Aguiar / **Diretor Executivo** Emanuel Sousa de Jesus **Conselho Fiscal:** **Titulares** Sérgio Santos Serra / José Francisco de Assis Cavalcante Neto / Devanir Camargo da Silva - **Suplentes** / Francisca De Assis Araújo Silva / Alberi Bernardi Boiaski / Valmir Gôngora **Conselho Deliberativo Nacional:** **Presidente** Antônio Carlos de Oliveira - **Vice-presidente** Fabiana Matheus - **Secretária** Emerenciana Barbosa do Rego. **Edição e redação:** Antônio José Reis / Evandro Peixoto / Marcio Achilles Sardi **Design e ilustração:** Lisarb Sena de Mello **Consultoria:** Murilo Barella (Subseção do Dieese) **Colaboradores:** Márcio Baraldi / Jânio de Freitas **Impressão:** Bangraf **Tiragem: 75 mil exemplares** / Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores. As matérias podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. Distribuição gratuita



DIEESE. A serviço do movimento sindical.

assessoria, pesquisa e educação

O DIEESE é uma instituição do movimento sindical brasileiro, criada há 48 anos para desenvolver atividades de pesquisa, educação e assessoria, que abrangem temas relacionados ao mundo do trabalho e que se ajustam aos desafios que a realidade coloca para a organização dos trabalhadores.

Ao longo desse tempo, a instituição se consolidou pela eficiência e credibilidade, tornando-se fonte de dados, informações e análises confiáveis para as entidades sindicais e para toda a sociedade.

ESCRITÓRIO NACIONAL
R. Ministro Godói, 310 | Perdizes -
São Paulo - SP | CEP: 05001-900,
Tel.: 11 3874-5366 | Fax: 11 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br

ESCRITÓRIOS REGIONAIS:
Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás,
Minas Gerais, Pará/Amapá, Paraíba, Paraná,
Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte,
Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe



Departamento Intersindical de
Estatística e Estudos Sócio-Econômicos

Visite nosso site: www.dieese.org.br

CAIXA SEGURO VIDA Exclusivo

Exatamente como você pediu!

Toda
família
da CAIXA
com

mais coberturas
mais vantagens
mais tranquilidade

O CAIXA SEGURO VIDA Exclusivo aumentou seus benefícios. É mais proteção pagando menos. Além de todas as coberturas que você já conhece, você agora tem:

- Cobertura de Doenças Graves, inclusive para LER e DORT com aumento no valor da indenização: **agora, até R\$ 60.000,00!**
- Caso precise usar a Cobertura de Doenças Graves até os 60 anos, você e sua família terão **5 anos de seguro grátis**
- Sorteio mensal de R\$ 10 mil com **ganhador garantido**
- Nova cobertura para cônjuge, com transferência de seguro para o cônjuge sobrevivente, o que garante a proteção dos filhos com até 18 anos por mais dois anos, sem pagar nada
- Descontos especiais (segurados com até 45 anos têm 20% de desconto na mensalidade atual e para faixa entre 46 e 55 anos, desconto de 10%)

FENAE
CORRETORA DE SEGUROS

Não perca tempo, ligue já

Central de Atendimento - 0800 601 8080 - www.fenaeseg.com.br